



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 054

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 054

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Requerimentos 03

Projetos de Resolução 05

Projetos de Lei 05

Grande Expediente:

Dep. Péricles de Mello 07

Dep. Valdir Rossoni 11

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk 13

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 14

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 15

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 16

Liderança do PMDB

Dep. Teruo Kato 18

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto 19

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 20

Liderança da Oposição

Dep. Reni Pereira 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

Redação Final 23

2ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 25

Encerramento da Sessão 25

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 25

DIÁRIO Nº 054

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (40).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Edson Strapasson, Francisco Bühner,

Luiz Eduardo Cheida, Pedro Ivo, Plauto Miró e Rosane Ferreira (11).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Em licença o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 345/08-GAB/VG do Sr. Orlando Pessuti - Vice-Governador do Estado, comunicando sua impossibilidade de assumir o cargo e funções de Governador do Estado no período compreendido entre 19 até 29 de maio do corrente ano. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 303/08-GP do Sr. J. Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando para apreciação desta Assembléia anteprojeto de lei que trata da criação de 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto para o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e seus anexos. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000287/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à execução do Programa PNATE - Fundamental junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000321/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à execução do Programa PNAP - Pré-Escola junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000322/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à execução do Programa PNAE - Fundamental junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000323/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à execução do Programa PNAC - PNAE Creche junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000324/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à execução do Programa PNAI - PNAE Indígena junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000325/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à execução do Programa PNAQ - PNAE Quilombola junto à Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor Presidente:

Solicita o encaminhamento a Mesa Executiva, requerendo a reserva do plenarinho da Assembléia Legislativa, no dia 10/06/08, das 16h30 às 18h, para realização de reunião com síndicos e convidados.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Airton Pelissari, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sueli Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1245

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Leonor Maria Cotovey, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Germano Luiz Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Valderez Terezinha Vaz Costa Pinto, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Natalia Trauchinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Aparecida Domingos Ribeiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Solange Duarte de Paula, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações através de uma menção honrosa, para a Sra. Minami Kanako, cantora profissional, pelo muito que faz pela divulgação da cultura e da canção nipo-brasileira.

A homenagem se justifica diante do trabalho que essa cantora faz durante as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil - IMIN 100.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Minami Kanako, nascida em São Paulo, no dia 07/09/81, tem na origem de seu nome Minami (significa América do Sul) e em Kanako (o significado de desejo), pelo muito que representa as Américas para a sua vida.

Única filha num total de cinco irmãos, aos três anos de idade já teve despertado o gosto pelo canto. Aos 6 anos já participava dos concursos de canção e ganhou alguns prêmios. Aos 12 anos, migrou com sua família para o Japão estabelecendo residência na província de Shizuoka.

Retornando ao Brasil aos 21 anos - no dia 1º de maio - tornou possível a sua participação como cantora através da Columbia Records. No mesmo ano, no mês de novembro, lançou o seu primeiro CD, intitulado "Izakaya Samba".

Amante da boa música brasileira, sua primeira música no CD foi um samba. Gosta de dança clássica japonesa e de divulgar entre os nikkeis a língua portuguesa.

REQUERIMENTO Nº 1254

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Guarituba - município de Piraquara, que pedem policiamento ostensivo nesse bairro devido existir um veículo marca Gol de cor prata, sendo um homem e mulher os ocupantes, que ficam de plantão nas ruas aguardando os moradores saírem para praticar roubos. Eles roubam tudo o que podem das residências e os moradores encontram-se apavorados, motivo pelo qual solicitam o policiamento ostensivo urgente.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1255

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos da Creche Amas

Letras Douradas, mantida pelos menonitas, sita à rua Narciso Mendes, nº 630 - bairro Xaxim, que pedem policiamento ostensivo no local, tendo em vista que nos fundos dessa creche existe um valetão que serve de ponto de encontro de usuários e traficantes de drogas. O muro da creche é baixo e quando as crianças estão no pátio, eles oferecem maconha para elas.

A direção da creche chamou a polícia uma vez e, na manhã seguinte, o estabelecimento amanheceu pichado. A situação é muito grave e os pais estão apavorados, motivo pelo qual solicitamos providências urgentes. Toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC, sita do bairro Prado Velho, que pedem policiamento ostensivo nos pontos de ônibus das proximidades, tendo em vista a ocorrência constante de assaltos.

A situação encontra-se muito crítica, o policiamento se faz necessário e urgente, principalmente no período noturno, quando nos pontos há muita escuridão, o que favorece a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 016/07, de 03/10/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica criado, junto à estrutura organizacional da Assembléia Legislativa, o Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS, órgão subordinado à Mesa Executiva e integrado à Diretoria Legislativa, para o fim precípuo de assessoramento e consultoria jurídico-legislativa.”

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Objetivando melhor dinamização das ações iniciais do novo Centro de Operações Legislativas - COPELEGIS,

esta Mesa Executiva entende ser necessária a integração do órgão junto à Diretoria Legislativa, a fim de que o assessoramento e a consultoria jurídico-legislativa a serem prestadas aos senhores Deputados, estejam em perfeita consonância com as ações de controle do processo legislativo, bem como intimamente integradas à atuação das Comissões Temáticas Permanentes, estas afetas organizacionalmente a Diretoria Legislativa.

Entendida como medida estrutural corretiva, a presente proposta de resolução tenciona, além de aproximar os atos da Consolidação das Leis ao compêndio normativo que integra o acervo da Diretoria Legislativa, promover maior agilização aos serviços que em breve serão disponibilizados, como elaboração propositiva, estudos, pesquisas, e assessoramento técnico às Comissões Temáticas Permanentes e Temporárias, uma vez que grande parte dos técnicos que estão sendo preparados para atuar na estruturação do COPELEGIS, são oriundos da Diretoria Legislativa, estando os mesmos em perfeita harmonia com o atual programa de modernização de nosso legislativo.

Neste sentido, conclamamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao ordenamento que ora propomos, certos de que se trata de medida organizacional que trará dinamização ao Centro de Operações, informando que as instalações físicas, equipamentos, aperfeiçoamento e constituição de equipes de técnicos servidores desta Assembléia e demais atos estruturantes, já se encontram na fase de ultimização, para urgente disponibilização dos serviços aos Deputados.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 215/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hotéis, pensões e albergues localizados no estado do Paraná ficam obrigados a manter um cadastro de menores de 18 (dezoito) anos que se hospedarem no estabelecimento, acompanhadas ou não dos pais ou representantes legais.

Art. 2º Os cadastros de que trata o artigo 1º desta lei deverão ser mantidos nos estabelecimentos por um período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data em que o menor se hospedou nos mesmos.

Art. 3º A ficha de identificação de que trata esta lei, a ser preenchida com base em documento oficial do menor, deverá conter:

I - o nome completo;

II - a data de nascimento;

III - o nome completo dos pais ou do representante legal;

IV - o nome completo da pessoa que estiver acompanhando o menor; e

V - a naturalidade do menor.

Parágrafo Único. Na falta de documento de identidade do menor, o fato deverá ser anotado na ficha de identificação, ficando obrigatória a apresentação dos documentos dos pais ou dos acompanhantes no preenchimento da ficha.

Art. 4º A direção dos estabelecimentos informará aos Conselhos Tutelares e autoridades policiais sobre qualquer irregularidade ou suspeita relacionada à prestação das informações exigidas por esta lei.

Art. 5º Aos estabelecimentos que descumprirem esta lei, será aplicada uma multa de 500 (quinhentas) UFIRS.

Parágrafo Único. Na hipótese de reincidência, a multa a que se refere o *caput* deste artigo será de 2.000,00 (duas mil) UFIRS.

Art. 6º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Os índices de desaparecimento de crianças e adolescentes são cada vez mais alarmantes em todo o Brasil, com aproximadamente 40 mil ocorrências registradas anualmente nas Delegacias de Polícia de todo o país.

Tamanha é a preocupação com tal fato que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, implantou a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

O desaparecimento de menores e seu envolvimento com a exploração sexual são situações tão sérias que a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista para tratar da questão da exploração sexual infantil, reconhecendo a gravidade da situação de milhares de crianças e adolescentes brasileiros.

Em 1990, quando foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90), criou-se o arcabouço legal para garantir proteção integral aos menores de 18 anos e dividir as responsabilidades entre família, estado e sociedade. No início de 2005 foi editada a Lei Federal nº 11259, que complementou o referido estatuto, determina a investigação imediata do desaparecimento de crianças e adolescentes após a notificação aos órgãos competentes. Pela nova lei, os órgãos de segurança competentes deverão comunicar o fato imediatamente a portos, aeroportos, Polícias Rodoviárias e companhias de transporte interestaduais e internacionais.

O objetivo da proposição que apresentamos é auxiliar as autoridades da segurança pública na busca e localização de crianças e adolescentes desaparecidos e, ao mesmo tempo, auxiliar no combate à prostituição infanto-juvenil e ao tráfico internacional de seres humanos. Ao manterem o cadastro das crianças e dos adolescentes que neles se hospedarem, os hotéis, albergues e pensões inibirão a ação marginal de sequestradores e aliadores de menores e serão orientados a denunciar aos Conselhos Tutelares e às autoridades policiais qualquer suspeita relacionada ao tema em questão.

O projeto de lei encontra respaldo constitucional nos artigos 24, inciso IV e 227 da Constituição Federal, que estabelecem o dever do estado de assegurar os direitos da criança e do adolescente, além da competência concorrente para legislar sobre o assunto:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

XV - proteção à infância e à juventude;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que visa ser mais um instrumento à disposição das autoridades com a finalidade de coibir os crimes cometidos contra as crianças e os adolescentes.

PROJETO DE LEI Nº 217/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a FESMAN - Fundação de Ensino Superior de Manguaerinha, com sede e foro no município e comarca de Manguaerinha, estado do Paraná, localizado na rua Saldanha Marinho, 85, Manguaerinha, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A FESMAN - Fundação de Ensino Superior de Manguaerinha, com sede e foro no município e comarca de Manguaerinha, localizada na rua Saldanha Marinho, 85, Manguaerinha, Paraná, portadora do CNPJ nº 05.428.075/0001-91, instituída através da Lei Municipal nº 1153/02, promulgada em 27/05/02 e alterações pela Lei Municipal nº 1176/02, tem natureza paraestatal, com atuação no âmbito jurídico de direito privado, com fins

educacional e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estendendo as suas atividades além da sede, em benefício da região sudoeste do Paraná e Vale do Iguaçu, integradas pelos municípios de Cândói, Coronel Domingos Soares, Foz do Jordão, Honório Serpa e Reserva do Iguaçu.

As finalidades da FESMAN - Fundação de Ensino Superior de Manguaerinha são:

I - Instituir, criar e ministrar cursos de educação básica, de educação profissional de graduação, de pós-graduação, de mestrado, de extensão e de prestação de serviços à comunidade, desenvolvendo e aperfeiçoando o ensino e a educação em todos os seus níveis e modalidades, através de instituições que poderá criar, para o cumprimento de suas finalidades.

II - Desenvolver projetos técnicos, serviços e atividades do interesse dos municípios que integram a região sudoeste do estado do Paraná e Vale do Iguaçu, nas áreas da educação, ciência, tecnologia e cultura.

III - Firmar convênios, contratos, parcerias e outras formas de intercâmbio com entidades pública e privada; nacionais ou estrangeiras, para fins de concessão de bolsas de estudo, observação e pesquisas, no país e no exterior, em regime de gratuidade, com ônus, aos cidadãos, residentes na região sudoeste do estado do Paraná e do Vale do Iguaçu.

IV - Criar Instituição Educacional de Ensino, que venha ministrar cursos de educação básica de educação profissional, de graduação, de pós-graduação, de extensão e de prestação de serviços à comunidade, desenvolvendo e aperfeiçoando o ensino e educação em todos os seus níveis e modalidades, constituindo a Faculdade Unilagos e o Instituto Superior de Educação, para na condição de instituições mantidas, implementarem as atividades de ensino correspondentes.

V - As instituições mantidas terão diretoria própria, as quais poderão ser remuneradas, e seu quadro de pessoal estará submetido à CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

A FESMAN - Fundação de Ensino Superior de Manguaerinha preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, eis que conforme se comprova com os documentos anexados, possui personalidade jurídica, seus estatutos estão registrados no Tabelionato Ehlers de Manguaerinha/PR e o Conselho Curador não terá qualquer gratificação e não será remunerado.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem o Deputado Tadeu Veneri fez um pronunciamento, eu aparteí, denunciando ações de milícias armadas na região oeste do Paraná, que no período de um ano fizeram mais de quatro ataques a acampamentos de Movimentos Sem-Terra, assassinaram uma liderança do movimento chamado Canon. Mais recentemente, denunciamos aqui desta tribuna, invadiram o acampamento do MSLT, às margens da rodovia entre Cascavel e Corbélia, próximo à fazenda Bom Sucesso. Essa fazenda, o processo de ocupação, porque cometeu um crime ambiental muito grave e na forma junto à política do MST houve uma ocupação nessa área objeto do crime ambiental. É uma fazenda de 1.200 hectares e os 120 hectares que eram reserva ambiental permanente foram desmatados de forma criminosa. Movimento de 250 famílias, depois houve uma negociação de reintegração de posse, eles saíram da terra e acamparam próximo à fazenda às margens da rodovia. Continuaram utilizando essa área específica desmatada de forma criminosa pelo proprietário, com grandes multas ambientais através do IAP. Ali cultivaram a sua subsistência, feijão, milho, construíram uma igreja de madeira, escola para as crianças e, recentemente, denunciamos aqui que a milícia armada voltou a agir com três máquinas, destruindo parcela da plantação dos agricultores sem-terra, destruíram a escola, a igreja, receberam à bala, foram presos e surpreendentemente liberados.

A denúncia que existe é que um dos seguranças presos é segurança pessoal do Presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná. O movimento, não só o movimento as autoridades religiosas, lideranças do oeste, que defendem as causas da reforma agrária, que denunciam a existência das milícias privadas no oeste do Paraná, se manifestaram que receberam várias ameaças.

Vou ler um e-mail que recebi ontem de uma liderança ameaçada de morte, na região oeste do Paraná.

(Lê):

“Companheiros e companheiras.

É com muita apreensão que informamos que os pistoleiros da milícia armada que atua na região oeste do estado do Paraná e que foram presos no último dia 08/05 durante ataque ao acampamento do MLST em Cascavel/PR, foram libertados no final da tarde do dia 15/05.

Não por coincidência, a companheira Glades Helena Rossi, esposa do companheiro Joaquim Ribeiro, recebeu uma ligação por volta das 20h30 do dia 15/05 com o seguinte conteúdo: uma pessoa que se identificou como sendo Roberto da Inteligência da Polícia Civil estava ligando para “avisar o seu Joaquim” que existe uma pessoa infiltrada pelos ruralistas morando no acampamento Primeiros Passos (acampamento atacado no dia 15/05) e que estaria lá para “pegar o Joaquim e o Celso do MST” e que a partir de agora deveríamos “tomar cuidado”. Disse mais: que a mulher desta tal pessoa traba-

lha em serviços gerais na Delegacia da Polícia Civil. Essa gente está tão confiante na impunidade que sequer tiveram o cuidado de omitir o número do telefone de onde partiu a ligação, foi de um telefone público nº 3229-7784 localizado na rua Jacarezinho, bairro São Cristóvão em Cascavel. Além disso, uma pessoa não identificada esteve tentando levantar informações sobre a rotina do companheiro Joaquim junto aos vizinhos e ainda percebemos carro em atitude suspeita nas proximidades da residência do companheiro.

Lembramos que também os companheiros Celso do MST e o companheiro Luiz Carlos Gabba, Reverendo da Igreja Anglicana e membro do CPT, já estão sofrendo ameaças há algum tempo.

Queremos dar a maior publicidade possível a estes fatos, inclusive registrando boletim de ocorrência junto a Polícia Civil, para de alguma forma nos protegermos e cobrarmos providências das autoridades policiais e judiciais.

Por favor, divulgem este e-mail.

Saudações aos que resistem e lutam!

Coordenação Nacional MLST"

Estive participando da reunião do Diretório Estadual do PT, como membro que sou. Tinha um clima muito tenso, porque existe uma preocupação que não volte a ocorrer assassinatos de lideranças, pobres, que têm uma história de trabalho e luta. É uma forma reconhecida mundialmente no país como o Brasil em que 2% dos grandes proprietários ocupam a metade do território nacional.

E como o estado brasileiro, desde a sua origem, é um estado patrimonialista, e a história revela isso, é a única forma que encontra para se fazer ouvir que a reforma agrária seja acelerada minimamente. E essas forças da concentração na propriedade são tão poderosas que mesmo o Governo, como o Governo do Presidente Lula, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária, tem força interna para conseguir agilizar esse processo.

Esse é o motivo que leva não só no Brasil, mas em muitos países do mundo, os movimentos do campesinato, eles têm que ter um certo nível de radicalidade para conseguir avançar dentro da Europa.

Sabemos que na Europa os camponeses europeus, médios proprietários, para eles conseguirem as suas conquistas históricas, tiveram que fazer um tipo de luta que tencionava a própria legalidade para conseguir avançar.

Isso é o que justifica esse tipo de movimento. É bom lembrar que essa forma de ocupação não é uma forma que põe em risco a vida de alguém. Vou dar um exemplo, aqui, como é que foi a ocupação, apesar de tencionar a legalidade dessa fazenda.

Ora! O movimento ocupou uma área objeto de crime ambiental. As famílias chegaram, ocuparam e começaram a plantar. Depois negociaram pressionando o estado a desapropriar a área, deviam na Justiça, saíram e acamparam. Continuaram utilizando apenas uma parte

dessa área para fazer escola para seus filhos. É uma questão de humanidade.

O que acontece e é muito difícil discutir esse tema, porque esse tema tensiona as pessoas, é muito fácil o discurso de ambas as partes passar para um discurso agressivo. Mas é importante falar sobre esse assunto. É um assunto real, faz parte do Brasil real, não do Brasil teórico, do Brasil do cotidiano da vida das pessoas. Coloque-me a favor dos que lutam pela reforma agrária. Isso surge na minha consciência de uma análise histórica, de um aprendizado da história do Brasil. Um país que começa dividido por capitania hereditárias. Um país que quando é para abolir a escravidão, um grande sociólogo brasileiro chamado José de Souza Martins, ele disse que no Brasil o homem era prisioneiro quando a terra era livre.

Quando a terra no Brasil era livre, ou seja, eram terras devolutas e qualquer cidadão podia tomar posse livremente da terra e incorporá-la como seu patrimônio, nesse momento, o homem era cativo, prisioneiro, porque havia escravidão. Só quem poderia tomar conta da terra livre eram as pessoas que tinham posse, poder político. E assim começa o processo histórico das terras na mão de poucas famílias no Brasil.

Quando era para fazer a abolição da escravidão, em 1888, tinha todo um processo com Joaquim Nabuco e os grandes líderes abolicionistas. O estado brasileiro prepara a terra. Ora, no momento em que o homem for livre, a terra passa a ser prisioneira e se promulga, já preparando a abolição da escravidão, a Lei de Terras, em 1850. Quando da abolição da escravidão, os escravos, por não terem posse nenhuma, não podiam mais ter acesso à terra, porque a Lei de Terras determinava que a partir daquele momento as terras só podiam ser adquiridas mediante compra do estado. Então, na medida em que os escravos eram livres, como eles não tinham dinheiro, eles não podiam adquirir a terra e era feita a colonização na região sul do Paraná com a migração japonesa, ucraniana, polonesa e assim por diante. Foi na compra de terra, e vieram muitos colonos enganados, como aconteceu com os alemães na região dos campos gerais. Então, o processo contínuo de exclusão da terra e de concentração da propriedade da terra no Brasil.

Quando veio o regime militar, a própria região sul passou a ser vítima de um processo monstruoso de concentração da propriedade da terra. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a pequena propriedade sofreu um processo muito cruel de exclusão. O Paraná, se pegarmos dados do IPARDES e analisarmos a história econômica do Paraná, na década de 70 ou 80, perdeu mais de 1 milhão de pessoas, que perderam suas terras pelo tipo de política agrícola, modernização autoritária da agricultura e hoje mesmo se denuncia a questão dos insumos, a questão dos monopólios da comercialização atacadista e dos monopólios e oligopólios do insumo, que premsam o pequeno produtor, a falta de crédito agrícola, a falta de assistência e ele não consegue competir com o agronegócio, perde a sua terra também quando a família cresce e

vai fazer o ciclo permanente da sua existência, que é migrar para o Mato Grosso, para o avanço da fronteira agrícola, que é um processo cada vez maior de concentração da propriedade.

Então, para se colocar nesse debate, tem que se conhecer a história. Por isso, fico até meio tenso quando vejo Deputados falarem aqui em pessoas que não têm tradição e vocação agrícola. Isso é um conceito, uma ideologia, é uma mentira. E por quê? Será que o dono de banco tem vocação agrícola? Agora, quando o dono de um banco ou um banco compra milhares e milhares de hectares, ninguém questiona. Agora, como não tem vocação agrícola, se de 70 a 80, no Paraná, 1 milhão e 200 mil paranaenses saíram da terra e muitos vieram para a cidade, onde não existe emprego? Tinham vocação para emprego urbano esses agricultores?

Então, isso é uma ideologia e por trás desse conceito há uma crueldade de visão de mundo, uma visão elitista de mundo, uma visão daqueles que não podem defender e nem atacar as milícias, porque perdem votos nas suas bases eleitorais. Então, têm que chegar na tribuna e dizer: a culpa é do estado. Nunca vi um Deputado que tenha essa análise, aqui da tribuna, atacar as milícias. Agora, quando acontece um crime bárbaro como aconteceu com esse militante do MST, o Canon, alguns Deputados dizem: “Ah, mas também, esse movimento ofende a lei e vai ocupar a terra. Tem que acontecer isso! É culpa do estado que não prende, é culpa da legislação do Congresso que não criminalizou totalmente o MST ainda, como querem alguns Deputados que são contra a reforma agrária, que querem que seja aprovada uma legislação federal para que a terra que seja ocupada não possa ser mais objeto de desapropriação, quando sabemos que o rito de desapropriação no Brasil, apesar de ter melhorado recentemente, é muito lerdo, é muito lento e a negociação se estende durante muito tempo - o conceito de terra produtiva é um conceito complexo, porque a Bancada Ruralista da Câmara sempre impediu um avanço mais significativo na agilização das desapropriações, no reconhecimento dessa chaga de um país como o Brasil, um país continental que concentrava mais da metade de suas terras nas mãos de 2% de seus proprietários.

E é importante também, Srs. Deputados, entendermos uma coisa muito simples. Quando era Prefeito em Ponta Grossa, tinha resistência da própria burocracia da Prefeitura, porque eu liberava e assinava todo dia licença para a SANEPAR levar água e a COPEL levar luz para famílias que não tinham o título de propriedade da terra, porque em Ponta Grossa 13% da população mora em favelas. E tenho um raciocínio muito simples: o ser humano não é passarinho que pode morar no céu e nem em cima de árvore. Se um cidadão não tem dinheiro, está excluído do capitalismo, das relações dominantes, não tem emprego, não tem como pagar o aluguel, não tem como comprar um terreno, ele não tem o que fazer, não importa o que ele pense, ele tem que sobreviver como ser humano, ele vai ocupar uma terra. E quando as cidades

fecham as terras que possam ser ocupadas, há a ocupação organizada. Em Ponta Grossa houve um pouco a ocupação organizada, porque lá as ocupações são espontâneas, o pessoal mora no fundo de um córrego, perto de uma ferrovia. Mas o dia que esses espaços de sobrevivência são cerceados, o movimento surge, porque o ser humano não pode morar em cima de árvore. Tem país do mundo em que o ser humano mora na rua, toma banho na rua, na Índia por exemplo as pessoas moram na rua, ali elas vivem, porque em algum lugar elas têm que viver.

Então, esse conceito é importante, porque a terra é o meio de produção que tem um limite físico, não é como uma casa que pode ser reproduzida infinitamente, não existe um limite para construção de casas, nem para construção de carros, nem para construção de máquinas; agora, terra tem um limite, o Brasil tem 8 milhões e 500 mil km² de terra, não tem mais terra para ocupar. Então, quando se fecha a possibilidade de milhões de seres humanos viverem com emprego, uma parte dos seres humanos que tem uma tradição, uma lembrança, uma memória da terra dos seus pais, dos seus avós, eles buscam como uma alternativa de sobrevivência a terra, a ocupação, e o apoio do estado. Outros procuram a sobrevivência no tráfico de drogas. As pessoas têm que sobreviver.

Então, se pega um jovem...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Quero usar um pedacinho da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Um pedacinho está inscrito o Deputado Tadeu, não pode fracionar.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Bem, ontem foi fracionado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não por esse Presidente, pelo que me antecedeu. Eu não fraciono.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Cada Presidente tem uma forma de conduta, tudo bem. Então, é importante dizer isso, porque tem um princípio que diz: “Nós somos um”. Nós somos um só. Tudo está dentro de nós. O bandido que assalta às vezes o nosso filho, ele faz parte de nós, porque ele faz parte do mesmo mundo, e esse mundo é o mundo interdependente. Por isso é que eu digo: talvez, se não existisse o MST, a violência seria muito maior no Brasil, porque essas pessoas que estão procurando uma forma de criar um assentamento, trabalhar e produzir, estariam talvez no tráfico de drogas, no assalto na esquina, na violência dramática que atinge as metrópoles no Brasil.

Então, faço esse discurso para mostrar a minha preocupação, a minha solidariedade a esses milhões de homens que ainda buscam um pedaço de chão para criar, com trabalho e dignidade, os seus filhos. E temos que tomar providências imediatas, fazer uma Audiência com o Secretário da Segurança para que essas milícias sejam investigadas, a mando do poder econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa. e peço escusas, mas o Regimento não permite fracionar o tempo. Agradeço a sua compreensão.

Segundo orador inscrito no Grande Expediente, Deputado Jocelito Canto. V. Exa. vai fazer uso do horário do partido também. Então, V. Exa. tem 25 minutos.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Havia uma convenção num acordo de Líderes que o Grande Expediente seria dividido entre Oposição e Situação, em que a Oposição indicaria um membro seu ou então um do Bloco Independente. Percebo que no dia de hoje está sendo utilizado por dois Deputados da base aliada. Isso já está em ata, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. tem razão, mas não havia outro inscrito e não conseguimos identificar o Deputado Jocelito como de Oposição.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só para lembrar, não era V. Exa. que estava presidindo a Sessão. Não me lembro qual Deputado de Oposição que estava inscrito no Grande Expediente. Eu me inscrevi, não tinha outro inscrito, e quando chegou na hora, gentilmente, democraticamente, cortaram meu nome e colocaram um Deputado do Governo porque pediu que ele queria se inscrever.

Então, da mesma forma acho que deve ser seguido. Como existe os 15 minutos, um para o Governo e outro para a Oposição, então nada mais justo que agora fale alguém da Oposição, desde que alguém queira falar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, caso não tenha nenhum inscrito pela Oposição eu me inscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vou conceder a palavra ao Deputado Jocelito por não ter tido nenhum inscrito anteriormente. Então, concedo a palavra ao Deputado Jocelito.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria de me inscrever nos 15 minutos que estão sendo - foi num acordo da Mesa Executiva - que está

reservado ao Bloco Independente e aos Deputados de Oposição.

Gostaria que V. Exa. me inscrevesse nos 15 minutos da Oposição. V. Exa. não vai respeitar o acordo? Nós até concedemos o horário da Oposição e do Bloco Independente ao Deputado Jocelito Canto. O Deputado Jocelito está inscrito pela Oposição?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sim, porque não havia outra inscrição.

Recebo sua reivindicação, Deputado Valdir Rossoni. Gostaria de dizer que atrasamos em 10 minutos e não houve nenhum orador no Pequeno Expediente. Achei, no Grande Expediente, por ter apenas um orador, que pudesse contemplar outro orador.

Agradeço V. Exa. que cede o horário da Oposição ao Deputado Jocelito, para não ferir o Regimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Até porque temos um entendimento que, quando um Parlamentar da Oposição ou do Bloco Independente deseja falar nesse horário, ele se reporta ao Líder e o Líder, se não há outro para falar, diz que pode falar.

Quero que fique bem entendido, para que amanhã não haja nenhum problema.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Não tem que ter acordo, tem que se cumprir o Regimento Interno. Vou abrir mão dos 15 minutos, deixarei para falar amanhã. Como tenho um posicionamento livre nesta Casa, vou abrir mão dos 15 minutos. Tinha preparado um pronunciamento muito forte aqui para mostrar o crime da Oposição.

Amanhã me inscreverei no meu horário e terei números, documentos, dados para provar um crime praticado pela Oposição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Gostaria de saber da Oposição ou do Bloco Independente quem fará uso da palavra.

Não havendo, passaremos ao Horário das Lideranças.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, vim correndo da Liderança do Governo para dizer a V. Exa. que o Deputado Valdir Rossoni tem razão. Entendi que havia necessidade da Oposição utilizar o horário de 15 minutos. Agora, retirar o Deputado da tribuna e não deixar ele falar para ninguém falar. Aqui, por diversos dias seguidos, só falaram Deputados da Oposição no Grande Expediente e com a concordância nossa, sem nenhuma dificuldade. É absolutamente incoerente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, compreendo V. Exa., mas é questão vencida. A Oposição tem o direito de não ocupar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Usarei o horário da Liderança da Oposição para que não hajam atritos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Aí fica melhor.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou abrir uma exceção. Vou conceder o horário porque já tinha passado. Vou conceder a V. Exa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Assim a Casa perde todo direito, porque está todo mundo assistindo, Sr. Presidente. V. Exa. corta meu pronunciamento, que não sou nem da Oposição, nem da Situação. Abro mão para não criar um problema. V. Exa. chama a Oposição, a Oposição não vai. Agora, passa o tempo, a Oposição volta e quer falar. Sr. Presidente, fica esse registro que aí não dá!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem razão, mas vou conceder a palavra democraticamente.

Deputado Rossoni com a palavra.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi.

Não há como entender quem não quer entender. O que discutimos foi uma questão de ordem. V. Exa. decidiu. Aceitamos que o Deputado Jocelito fizesse uso do Horário da Liderança, apenas questionamos porque teve Parlamentares da Oposição que me pediram o horário na hora em que eu cheguei. Eu estava falando com a imprensa.

Deputado Augustinho Zucchi, em nenhum momento este Parlamentar quis retirar o Deputado Jocelito, inclusive disse: Deputado Jocelito, pode falar. Até porque o Parlamentar que tinha me pedido o horário, o Pequeno Expediente, disse: “Abro mão para não termos problema”. Então, Deputado Jocelito, não lhe retiramos o direito. O senhor é mais Parlamentar do que nós aqui.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não sou mais do que ninguém, Deputado Rossoni. Nem mais, nem menos que V. Exa!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Somos todos iguais, mas queria dizer a V. Exa. que, em nenhum momento, lhe retirei a palavra. De forma

nenhuma. Quero deixar clara essa posição, porque o Deputado Romanelli levantou a questão de ordem, mas há o entendimento que os Deputados do Governo, quando querem fazer uso do horário do Grande Expediente, falam com V. Exa., sempre tem um ou dois.

Não tenho o que falar. Vou fazer uso do horário da Liderança da Oposição, porque eu tinha uma questão de ser gentil e tinha dito ao Deputado Jocelito que ele poderia usar o horário da Liderança da Oposição.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Vamos deixar clara essa situação. Eu saí do gabinete, vim falar com o Presidente, que disse: “O Deputado Rossoni tem razão, porque há um acordo. O Deputado Péricles já usou o horário destinado ao Governo”. Ou seja, nessa divisão de Situação e Oposição. Agora, entendo o seguinte: já por diversas sessões não temos nenhum Deputado que representa a Situação inscrito e têm falado no horário do Grande Expediente dois Deputados da Oposição e nunca vou discutir com o Deputado o conteúdo do que ele vai falar e, normalmente, só faz críticas ao Governo. É a liberdade de expressão que tem o Parlamento.

Então, entendo que retirar da tribuna o Deputado Jocelito por questionar o conteúdo do que ele vai falar, sinceramente, acho profundamente...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quem sou eu para questionar.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Entendo que é muito ruim isso.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, V. Exa. viu que não questione conteúdo de discurso, de pronunciamento, de posicionamento. Apenas fui questionado por um Deputado e até o Deputado Reni falou do microfone, representando o Bloco Independente.

Dois Parlamentares vieram me pedir o horário do Grande Expediente, que era atribuído ao Bloco Independente de Oposição, e questionamos o Presidente em que horário o Deputado Jocelito falava. Quando ele afirmou que o Deputado Jocelito estava fazendo uso do horário da Oposição, então eu disse: não, tudo bem. Então, abrimos mão. Deputado Jocelito pode falar! Qual é o equívoco que houve? Não houve equívoco!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Então, por que ele foi retirado da tribuna?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Ele não foi retirado, ele saiu! Não estou entendendo!

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Sr. Presidente, engraçado, V. Exa. quando quer cortar, invoca os artigos. Não cabe isso, não cabe aquilo. Agora, essa confusão. A Assembléia tem que parar de fazer confusão e seguir mais o Regimento Interno. Temos que cumprir isso aqui. Acordo não tem nada a ver com isso. Isso é o nosso Regimento. Vamos cumprir o Regimento e acabar com tudo isso.

Então, simplesmente eu não quis falar, mas já me inscrevo para amanhã. Amanhã quero falar de questões legais, quero ter essa oportunidade. Fiz um levantamento completo ontem, hoje, a respeito até de algum pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni e amanhã quero falar sobre questões legais deste Parlamento, sobre que política se pode fazer, o que é lei, o que não é.

Agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Rossoni, apenas para deixar claro: Deputado Jocelito, V. Exa. abriu mão da palavra. Esta presidência, procurando ter um pouquinho de coerência, não tendo ninguém inscrito, lhe concedeu a palavra. V. Exa. abriu mão. O Deputado Rossoni pode fazer tranquilamente o pronunciamento dele, dentro daquilo que foi estabelecido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, o porquê que estou na tribuna hoje. Eu faria o horário da Liderança da Oposição, até porque 10 minutos seriam suficientes.

Tenho dois assuntos a serem tratados. O primeiro assunto é com referência à manchete do jornal O Estado do Paraná de hoje. Hoje a manchete não retrata a verdade, o verdadeiro sentido da notícia, porque quero ser aqui muito econômico nas minhas palavras, porque quando mexe com justiça, você tem que ser muito econômico nas palavras. Deputado Belinati, hoje a manchete do Estado do Paraná chama a atenção para uma coisa que, na verdade, tomei conhecimento hoje pelo jornal. E para quem leu o jornal hoje, parece que fui denunciado no dia de ontem. Nunca fui denunciado, nunca fui intimado, nunca fui ouvido, nunca fui citado nesta questão que se refere o jornal.

Estou fazendo aqui esse esclarecimento porque tenho uma preocupação com a minha vida. Sei que sou uma pessoa polêmica, mas a hora que eu não pude subir aqui na tribuna para explicar atitudes minhas, não tenho mais como ficar nesta Casa.

Espero sinceramente, primeiro, o grande equívoco, esta denúncia corre em segredo de Justiça. Segundo, eu não tinha conhecimento; terceiro, fomos em busca das informações e em nenhum momento estou sendo citado, em nenhum momento estou sendo investigado, em nenhum momento estou sendo intimado para ser ouvido. Não sei como alguém pode ser réu de alguma coisa sem

ter conhecimento, porque até prova em contrário, quem conhece um pouco e é advogado sabe que todos têm direito de se defender.

A quem interessa uma notícia que, para quem lê a manchete, não reproduz a verdade dos fatos? Houve sim, não posso negar, duas pessoas que foram denunciadas e que são meus amigos. Todos sabem quem são. Agora, entre os meus dois amigos serem denunciados e eu ser denunciado, tem uma distância muito grande. Não tenho conhecimento desse processo, porque ele corre em segredo de Justiça. Sinceramente, quero acreditar em um equívoco desse grande jornal O Estado do Paraná, de circulação estadual, respeitado. Tenho confiança absoluta de que este jornal não precisa de minhas críticas. Sou avesso à críticas à imprensa. Tenho certeza absoluta que a verdade deste fato amanhã, será reproduzida nos jornais do estado do Paraná.

Quero dizer aos colegas Parlamentares, aos que me ouvem e aos que me assistem, que se em algum momento alguém tentou divulgar esta notícia para me intimidar, neutralizar e inquietar, está perdendo o seu tempo, porque eu ouvia, ontem, pequenos comentários nos corredores, papezinhos nos bolsos de alguém, aqui, não sabia qual era o mistério, mas agora estou entendendo. Quero dizer que até o presente momento não tem nada que me vincule a este fato, Deputado Marcelo Rangel, não fui citado, não tenho conhecimento, não vi, não li, não tenho nem advogado. Tenho certeza absoluta de que todos têm conhecimento do que estou falando.

Fica aqui a minha explicação curta, para que eu não fale mais do que posso. Estou falando de algo que está correndo em segredo de Justiça, de pessoas que não me autorizaram a falar. Não estou citando nomes, Deputado Augustinho Zucchi, porque se é algo que corre em segredo de Justiça, não estou autorizado a falar. É claro que depois do que saiu na imprensa no dia de hoje, fui em busca para ver o que tem de real. Graças a Deus, novamente, passo por esse episódio, sem ter a minha citação. Não fui ouvido. Não houve nada com a minha pessoa. É isso que é importante.

Sr. Presidente, tivemos hoje uma Audiência Pública que considero relevante. Tivemos aqui o Dr. Geert Prange, um homem que tem conhecimento sobre o porto, nos deu uma aula. Acho que esse senhor poderia vir aqui no plenário nos dar seu entendimento sobre o porto. Uma das coisas que ele falou, que me impressionou foi sobre a sinalização do porto, Deputado Rangel. Quando perguntamos se era verdade que o navio ficava dois ou três dias no porto de Paranaguá, parado, porque coincide a noite com a maré alta, ele disse que era verdade. Porque o navio não sai à noite? Porque a sinalização da saída do Canal da Galheta não funciona. Para comparar, é o mesmo que o Aeroporto Afonso Pena não ter iluminação à noite, não poder pousar avião à noite. Isso é gravíssimo, porque não é todos os dias que os navios são permitidos a saírem do porto.

Quando estivemos em Paranaguá, pedimos aos práticos, que trabalham com os navios, qual é o grau de possibilidade de acontecer um desastre, um encalhamento do navio, de um a 10. Quando pedi aos práticos, eles disseram: “Nove”. Achei que esse senhor não confirmaria isso, mas ele foi taxativo novamente. De zero a 10 a possibilidade de encalhar o navio, hoje, no Canal da Galheta, é nove. Quer dizer, está na iminência.

Uma questão que ele concordou com o Dr. Divino foi na compra da draga. Ele disse que é importante comprar a draga, mas que a draga - apenas aí ele concordou com o Diretor do porto - a compra da draga apenas serve para manutenção. E ele disse que o calado do porto de Paranaguá, no começo do ano, vai baixar para 10 metros e 20 centímetros. Quer dizer, vai baixar quase um metro. Um metro significa um prejuízo enorme para o porto de Paranaguá.

Mas aí eu fiz a última e derradeira pergunta: se ele achava que isto poderia acontecer. Ele foi taxativo: “Não sou vidente, mas está na iminência do desastre que temos anunciado”.

Já ouvimos três Diretores, Sr. Presidente, já ouvimos este Consultor do porto. Temos que discutir o que temos que fazer, porque pelo jeito o Governo não quer compreender as razões que nos trazem quase semanalmente a esta tribuna.

Obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Bloco PSB/PRB/PV: com a palavra Deputado Pastor Edson Praczyk.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, telespectadores.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para pontuar alguns assuntos dos quais inicio com a minha observação, que acredito não ser apenas minha esta opinião, mas de boa parte dos Parlamentares, para não dizer todos, no que diz respeito à necessidade urgente de termos um novo Regimento da Assembléia Legislativa.

Vimos hoje, na prática, quão grande falta faz um novo Regimento, um Regimento atualizado, sem essas faltas ou essa ausência de regulamentação do Regimento até então vigente.

Então, aproveito para reforçar e me somar àqueles que pedem maior aceleração, maior pressa na aprovação do novo Regimento. E também aproveito para já fazer uma observação, porque tenho dentro da minha modesta experiência enquanto Parlamentar de 3º mandato, fiz tam-

bém uma sugestão para os Parlamentares que estão redigindo ou reformulando o Regimento da Casa: a minha observação ou a minha contribuição consiste em todos os projetos de pauta, ou que estiverem na pauta, só poderão progredir, prosperar, serem apreciados, se o Parlamentar, autor da proposta, estiver presente na Sessão, Deputado Teruo Kato, porque é comum hoje, com base no Regimento em vigência, que muitos Parlamentares fazem as suas propostas de lei, fazem as suas proposições, e quando as mesmas vêm para a Ordem do Dia, Deputado Belinati, muitas vezes o colega, o Parlamentar sequer está presente para dar acompanhamento ou esclarecer as dúvidas quando estas surgem, dificultando assim a votação deste ou daquele projeto.

Então, fica aqui o registro da minha contribuição, dentre outras sugestões que já encaminhei, para quem de direito estão reformulando esta proposição.

O segundo assunto, Sr. Presidente, diz respeito a um fato que eu, particularmente, em muito me alegrei e até julguei, Deputado Marcelo Rangel, que fosse tema de Plenário ou até teria sido abordado por algum Parlamentar, sobre a reforma ortográfica. As duas línguas portuguesas, a de Portugal e a nossa língua portuguesa. Havia toda uma conversação, há algum tempo, para que se unificasse a língua portuguesa que se fala em Portugal e em mais uma diversidade de países, e a nossa língua portuguesa que tem algumas características bem peculiares, uma da outra. Faltava, dentre todos os países, são nove que falam o português nativo e mais uns 18 que também falam a língua portuguesa, transformando a língua portuguesa no 3º idioma mais falado do mundo, sendo do ponto de vista nativo e a 5ª mais falada do ponto de vista de pessoas que aprenderam como 2º ou 3º idioma.

Pelo que eu li até então, pelo que tenho acompanhado pela imprensa, senhoras e senhores, o Brasil, como Portugal também e demais países, saem ganhando, mas o Brasil sofrerá poucas mudanças, mudanças de acentuação, se extinguirá o hífen de algumas palavras, a mudança, já para as provas de concurso público, provas universitárias, o Brasil, de pronto, já estará adequado com novas literaturas, novos livros já sob esta nova ortografia e estará já em dia, atualizado até 2010. Portanto, quando vierem as eleições para Deputados, Governador e Senador, já estaremos com todo tipo de literatura, principalmente aquelas fornecidas na área de Educação, com a nova língua portuguesa.

Portugal, que foi o país que mais resistiu, porém concordou em assinar este acordo, ele terá uma mudança muito maior, alcançará muito mais palavras das quais a utilização de algumas letras muda, se extinguirá, tornando assim a nossa língua portuguesa muito mais forte.

Vejo que com isso avançamos, digo aqueles que, como eu, se incomodam com a invasão do estrangeirismo e de alguns termos não próprios da nossa nação, que acabam se infiltrando no nosso linguajar. Fortalecida a língua portuguesa, se dará uma atenção maior para isso, ganham os nossos jovens, ganha o povo brasileiro,

ganham todas as nações que têm a língua portuguesa como sua língua nativa ou como sua 2ª língua.

Para finalizar, quero também parabenizar a iniciativa do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. Chegou ao meu gabinete, como creio ter chegado ao gabinete de V. Exas., o exemplar da revista nº 1 do Corpo de Bombeiros. Esse exemplar, tive o prazer de esmiuçá-lo, além dele deixar bem claro qual o papel dessa instituição, tão renomada e de tão grande e elevado conceito junto à sociedade, diga-se de passagem que em uma pesquisa recente o Corpo de Bombeiros ainda é a instituição de maior credibilidade junto à sociedade, mais do que uma infinidade de outras instituições de renome e faz jus a esse direito dessa credibilidade!

Vemos aqui o papel desses heróis constantes que são os bombeiros, o policial bombeiro, falando aqui inclusive de dias, instruções de primeiros socorros, todo o trabalho que os bombeiros têm na prevenção contra incêndios. Também para reverter situações onde já há o incêndio em florestas, em matas, em casas, o trabalho que eles têm de resgate a pessoas que se perdem na selva. Como disse, ênfase para finalizar uma espécie de normas, dicas de primeiros socorros, porque nunca sabemos quando você necessita prestar socorro a alguém. De repente, a vida de uma pessoa conhecida ou estranha, depende desses poucos conhecimentos.

Achei muito interessante, porque fala aqui até do uso do desfibrilador. Para quem não sabe ou não recorda, este Parlamentar, há alguns anos fiz a proposta de transformar em lei a obrigatoriedade do uso do desfibrilador, aquele equipamento que ressuscita os batimentos cardíacos, mas que lamentavelmente, pela falta deste equipamento, alguns atletas pelo mundo, inclusive atletas brasileiros, vieram a morrer pela falta do equipamento que relativamente é barato em relação ao custo/benefício de salvar uma vida. É bom lembrar que aqui a Assembleia Legislativa tem esse equipamento, também por proposição desta lei que abrange todo o estado.

Eu, para ter o conhecimento técnico, até para defender a importância desse equipamento, quando ainda tramitava essa lei, Deputado Jonas Guimarães, tive o capricho de participar de um curso desse hospital que é referência internacional em relação a problemas cardíacos, o Hospital Costantini. Participei de um curso sobre o uso de desfibrilador e tenho hoje o conhecimento técnico de como usá-lo caso precise fazê-lo para salvar uma pessoa enfartada.

Está aqui o registro e os meus parabéns ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, essa instituição tão exemplar, pelo lançamento da revista nº 1 do Corpo de Bombeiros e por todas as informações contidas nessa revista que será, indubitavelmente, de grande valia para a sociedade, para todo o povo paranaense.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

Horário do Partido Democratas: com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Uso o horário do nosso partido para discorrer sobre um assunto que foi notícia ontem a nível nacional.

Mas antes disso gostaria de registrar a presença aqui na galeria e também na tribuna do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná.

O Deputado Professor Luizão apresentou um projeto aqui na Casa permitindo o uso de armas para os Agentes Penitenciários fora do serviço. Até por uma questão de proteção pessoal e da própria família. Acredito que o Professor Luizão foi muito feliz quando teve essa iniciativa de apresentar o projeto nesta Casa, que foi acolhido por todas as comissões, foi aprovado por unanimidade aqui na Casa, foi para o Palácio do Governo, o Governador vetou o projeto, o veto veio para a Casa, e no dia de hoje a CCJ analisa o veto e diz que ele está em condições de ser apreciado pelo Plenário da Casa.

Espero que a Mesa da Casa, o Presidente, o mais rápido possível possa incluir esse veto na pauta, para que nós Parlamentares possamos analisar esse veto e atender um desejo há muito tempo, não só dos Agentes, pessoal, mas principalmente dos seus familiares, no que diz respeito à proteção de suas vidas.

Por essa razão, o nosso Partido Democratas e todos os Parlamentares que aprovaram o projeto por unanimidade, quem tem aprovado o projeto na 1ª e 2ª votação, não irão se furtar de votar contra o veto apostado a esse projeto pelo Governador do Estado do Paraná e que o mesmo possa ser promulgado pelo Presidente da Casa e possa ser lei. Dar esse direito aos Agentes Penitenciários do estado do Paraná aquilo que a legislação federal já lhes garante.

Muito obrigado!

Muito obrigado pela presença dos senhores. Tenham a certeza que a Mesa da Casa, espero assim, o Presidente poderá incluir em breve esse veto, que possa ser analisado e na certeza que na maioria, os 28 votos que são necessários para a derrubada do veto, possam ser obtidos através dos Parlamentares em um trabalho que os senhores, com toda certeza, farão com todos os Parlamentares, os 54 Deputados da Casa, porque é o vosso desejo e não é uma imposição do Paraná, mas sim uma lei que já é regulamentada a nível federal.

O segundo assunto que gostaríamos de trazer, para quem assistiu na noite de ontem numa das televisões do nosso país, que trouxe à tona a questão da Defensoria Pública dos Estados.

Apenas três estados da federação não têm a Defensoria Pública: Santa Catarina, Paraná e Goiás. São os três estados que ainda não têm. Não é por falta de lei. Pedi para a minha assessoria fazer um levantamento, hoje, e

tenho nas minhas mãos a Lei Complementar nº 055, de 04 de fevereiro de 1991. Essa lei existe há 17 anos no estado do Paraná, e até hoje ela não foi regulamentada. Passou o Governador Roberto Requião, passou o Governador Jaime Lerner, está passando de novo o Governador Roberto Requião, e a lei não foi regulamentada.

O artigo 6º ele diz o seguinte: *O Poder Executivo em 180 dias enviará a Assembléia mensagem dispondo sobre a criação e estruturação da carreira de Defensor Público, bem como a fixação de vencimentos, vantagens, direitos e deveres e outras disposições cabíveis para o funcionamento da instituição.*

A lei foi regulamentada pela Constituição Federal e Estadual. Porque tanto a Constituição Federal, como a Constituição Estadual, ela regulamenta a criação da Defensoria Pública nos estados.

E o que é a Defensoria Pública nos estados na nossa federação? Como eu disse, tanto a Constituição Federal, como a Constituição Estadual, garantem os direitos individuais e coletivos à vida: a liberdade, igualdade, segurança e a propriedade. Cabendo a união, aos estados e municípios promover através dos órgãos específicos a defesa dos cidadãos comprovadamente carentes. No estado do Paraná a Defensoria Pública é órgão do Poder Executivo, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Instituída pela Lei Complementar nº 055 de 04 de fevereiro de 1991.

Srs. Deputados, recentemente foram entidades que se organizaram e estão se organizando entre eles, a própria OAB, pedindo a regulamentação dessa lei. E o que eles dizem?

A Defensoria Pública do Estado do Paraná, apesar de ainda não ter sido regulamentada, funciona desde 1991. O órgão é subordinado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e tem 52 advogados, sendo que quatro são voluntários e os outros são funcionários públicos vinculados ao Poder Executivo, sendo que atuam apenas em Curitiba, Quatro Barras, Londrina, Dois Vizinhos, Carambeí e Umuarama. O órgão tem atualmente cerca de 8 mil processos. Como eu disse, existem advogados já atuando nessa defensoria?

Existem, mas o órgão não está regulamentado, não existe um Quadro de Pessoal, não existe um Plano de Cargos e isso tem que ser regulamentado pela lei. Os nossos advogados do Poder Executivo, os advogados do estado do Paraná já fazem esse serviço e a OAB, através de alguns advogados, gratuitamente também já fazem. Temos muitas pessoas no nosso estado, que não têm condições de pagar seu advogado e muitas pessoas pobres e carentes são acusadas e devem fazer as suas defesas sem recursos. É por essa razão que existe a Defensoria Pública. E o que precisamos?

Espero que o Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça, ou se alguém estiver me ouvindo e tenho certeza que o Chefe da Casa Civil ou a própria governadora, embora o Governador hoje em exercício seja o Presidente do Tribunal de Justiça - tenho certeza que ele não

irá fazer isso - mas que os órgãos do Governo, a parte técnica, as Secretarias comecem a elaborar esse estudo, elaborem um anteprojeto, esperem a volta do Governador Roberto Requião do exterior e, que apresentem a ele a regulamentação da criação e da instalação da Defensoria Pública no estado do Paraná. Ela é necessária por demais! Quantas pessoas que não têm condições! Aí o Juiz muitas vezes, no interior do estado, determina que advogado tal faça a defesa dessa pessoa - ele é obrigado a fazer a defesa.

Espero que o Governador mande, que ele estude a regulamentação e envie para a Assembléia Legislativa. Lembro-me que o Deputado Osvaldo Trevisan ou o seu filho, o Eduardo, um dos dois apresentou uma vez um projeto aqui na Casa, mas o projeto deve ser de iniciativa do Governador, que regule a lei que a Assembléia aprovou, que foi de iniciativa do Governador do Estado. Então, a lei existe, basta o Governador regulamentá-la e que possamos colocar esse serviço à disposição da sociedade do Paraná, porque não ficou bonito ontem à noite. Venham conosco! O Paraná sendo a 4ª ou 5ª economia do nosso Brasil e é um dos três estados da federação que não tem a Defensoria Pública gratuita para nossa sociedade. Esse é o alerta que faço na Sessão de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, ainda no Horário das Lideranças, pelo PP, com a palavra o Deputado Antonio Belinati, pelo tempo de 10 minutos.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Muito obrigado, nobre Deputada Presidente Cida Borghetti, nosso querido Deputado Jonas e Deputada Luciana.

Presidente Cida Borghetti, fiz até uma confusão achando que hoje fosse Quarta-feira de Cinzas, porque esta Sessão hoje está em ritmo de Quarta-feira de Cinzas. Acho que tem alguns colegas que estão descansando, afinal de contas quinta-feira é feriado e, naturalmente, tem Deputado que não pode chegar cansado no feriado que quinta-feira e daí não vem trabalhar. Isso é uma falta de consideração com o nosso povo.

A imprensa tem noticiado e está até assustando o povo que é só notícia ruim no tocante à aceleração da inflação.

O Presidente Lula acho que cometeu um erro. Tem grandes méritos ao determinar que fosse reajustado o preço do óleo diesel. Aí virou uma bagunça, aí já estão falando em aumento em todos os segmentos, em todas as atividades profissionais. Em Londrina, por exemplo, os restaurantes estão anunciando que vão aumentar em 10% os preços dos seus cardápios. É remédio subindo, é arroz, feijão, tudo; menos o salário. Esse, se fizer uma competição entre uma tartaruga e o salário, para ver quem anda

mais depressa, a tartaruga anda bem mais depressa do que o aumento do salário para o povo brasileiro, para os aposentados, para o servidor público, para os assalariados de um modo geral.

Aliás, falando em Presidente Lula, o Macaco Simão fez até uma brincadeira meio infeliz com o Presidente Lula, publicou na Folha de São Paulo que o Presidente Lula está confundindo Barack Obama com barraco da Brahma. Pelo amor de Deus, isso é pegar demais no pé do Presidente Lula! Mas quero aqui, respeitosamente ao Presidente, manifestar em nome do nosso Partido Progressista, a nossa crítica, o nosso apelo aos Deputados Federais e Senadores para que não criem novamente essa maldição que é o imposto do cheque. Meu Deus do céu, o Lula não sabe nem aonde guardar tanto dinheiro do Governo. Está aí o noticiário permanente, o Governo nunca arrecadou tanto dinheiro como agora, o empresariado está pagando o seu imposto de renda, os impostos devidos, com medo da Receita Federal, da Polícia Federal. O Governo nunca arrecadou tanto como agora. Então, por que tem que trazer de novo o imposto do cheque que o então candidato Presidente Lula vivia combatendo, falando mal do imposto criado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso? Agora, ficam lá os congressistas em Brasília discutindo dossiê, quem foi que divulgou, quem é culpado, quem não é, e com isso, coitado do povo brasileiro, é ferro em cima de ferro, medidas anti-populares que o Governo toma.

Presidente Cida Borghetti, raciocine comigo: será que a PETROBRAS precisava ter aumentado o preço do óleo diesel? Não sou economista, mas saiu um relatório nesta semana que a nossa PETROBRAS, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, conseguiu superar a toda poderosa Microsoft do Bill Gates. É um orgulho para nós brasileiros. Mas se a PETROBRAS está tão rica, tem o outro lado da história também: é o alto preço do combustível que o povo está pagando. Sinal que não tem que aumentar preço de gasolina, não tem que subir preço de álcool, não tem que subir preço do óleo diesel, porque esses aumentos explodem sempre no bolso da classe trabalhadora brasileira. Esse é o nosso apelo.

Por que estou fazendo apelo aos Deputados Federais e Senadores? Porque o Presidente Lula, que tem a grande maioria no Congresso Nacional, homem de grande inteligência, ninguém pode pôr em dúvida, o Lula diz o seguinte: “Bom, agora vou deixar para o Congresso Nacional decidir se cria de volta, ou não, esse maldito imposto do cheque”. É a CPMF, que o povo chama de imposto do cheque. Acho que, no mínimo, o povo tem que listar nome por nome de Deputado, de Senador, Senadora, quem votar para trazer o imposto do cheque. Vamos, cada um de nós divulgar em nossa região. Farei isso na minha região. Deputado da minha região que votar para criar de novo o imposto do cheque eu vou divulgar para o povo. Não vou falar mal do Deputado, o

povo vai julgar se ele fez certo ou errado de trazer esse imposto que, volto a repetir: reflete de maneira dolorosa no bolso das nossas famílias brasileiras.

Para terminar, estamos recebendo hoje um pequeno grupo de Agentes Penitenciários. Mas tem explicação. Se eles viessem em massa aqui, quem estaria cuidando dos presídios? Temos que entender que, Agente Penitenciário é uma das profissões de maior risco que um trabalhador pode enfrentar no seu dia-a-dia. Porque se ele fizer aquilo que o preso quer, contrariando as normas internas, ele é punido. E se o Agente Penitenciário é duro no cumprimento do seu dever, ele sobre retaliação, vingança, a família sofre ameaça. Em Londrina já mataram dois Agentes Penitenciários. O bandido lá de dentro avisa o bandido lá de fora para matar o fulano por não ter dado a ele regalias dentro do presídio. Para mim, Agente Penitenciário 24 horas por dia, porque está sujeito a sofrer algum tipo de vingança.

Por isso, quero aqui manifestar o apoio da nossa Bancada, somos em quatro Deputados: eu, a Deputada Cida Borghetti, o Deputado Duílio Genari e o Deputado Ney Leprevost, pela derrubada do veto, para que seja permitido, a cada Agente Penitenciário, o porte de arma, visando a sua segurança pessoal e da sua família.

Esta é a nossa posição, em respeito ao direito de viver que tem essa classe que faz um trabalho tão dedicado e importante, que são os Agentes Penitenciários.

Então, somos solidários com a derrubada do veto. Contem conosco!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna porque é de conhecimento de todos os Deputados, inclusive já foi aqui usado, no início deste expediente, o horário pelo Deputado Valdir Rossoni.

Venho para esclarecer e comentar algumas daquelas situações que estão colocadas nos jornais de ontem e de hoje.

A denúncia feita pelo Ministério Público Federal, que diz respeito ao ex-Governador Jaime Lerner e ao Conselheiro do Tribunal de Contas, Heinz Herwig, tem na sequência da CPI feita, em 2003, aqui, e alguns dos Srs. Deputados participaram dessa CPI que ficou conhecida como CPI da COPEL, tem desdobramento do que foi o sub-relatório que fizemos da COPEL/ADIFEA e da COPEL/OLVEPAR.

A OLVEPAR, para aqueles que não lembram, Deputado Reni, o senhor estava aqui e deve estar lem-

brado, é uma empresa que processava soja no sudoeste do estado do Paraná, faliu e requisitou por três vezes que fossem reconhecidos os créditos tributários a que ela julgava ter direito no valor de R\$ 45 milhões. Por três vezes esses créditos foram negados, inclusive transitou em julgado a última negativa e, infelizmente, não entendemos exatamente o porquê, no final do Governo Jaime Lerner, em dezembro, o Sr. Bordin, que era o Contador da COPEL, assim como também o Presidente da COPEL, Ingo Hubert e, naquela ocasião, também Secretário da Fazenda, fizeram o pagamento em alguns cheques para o Sr. Antônio Brasil Fioravante, que se intitulava Procurador da empresa OLVEPAR.

Esses créditos, obviamente, não poderiam ter sido pagos, nunca. Inclusive na CPI comprovamos isso. Esses créditos foram pagos. O Ministério Público Federal fez a investigação. Aqui não conseguimos ouvir o Sr. Heinz Herwig, porque éramos em nove Deputados compondo a CPI, e quando fiz a convocação do Sr. Heinz, fui derrotado na CPI por oito votos a um. Todos, o Presidente, o Relator e todos os demais membros da CPI entenderam que o Sr. Heinz Herwig não deveria vir à Assembléia Legislativa prestar alguns esclarecimentos que gostaríamos que fossem feitos por conta de ter, inclusive, seu nome relacionado com a possibilidade daqueles créditos terem sido pagos.

O Sr. Heinz Herwig deu o parecer, ainda que em tese, mas deu o parecer dizendo que os créditos deveriam ser pagos para a OLVEPAR. A consequência disso todos acompanharam nesses últimos cinco anos. O Ministério Público Estadual fez a sua denúncia, obviamente que por envolver tanto o Tribunal de Contas quanto o ex-Governador, o Ministério Público teve que passar essa atribuição ao Ministério Público Federal, uma vez que há foro privilegiado do Tribunal de Contas e há foro privilegiado do ex-Governador. Hoje, os jornais trazem que esses recursos teriam sido distribuídos para empresas e, inclusive, para campanhas. Há uma citação do prefeito Beto Richa que teria recebido. Gosto de citar que na CPI não foi apurado, em nenhum momento, o nome do atual Prefeito e ex-candidato a Governador Beto Richa. O que me parece que levou o Ministério Público Federal a fazer essa denúncia, é muito mais uma situação específica com relação a determinadas pessoas do que um caso genérico.

Gostaria de fazer apenas uma lembrança: a auditoria interna que foi feita pela COPEL, em 2003, o Relatório nº 10/03, nas considerações da auditoria, ela coloca a existência de incompatibilidade entre as informações do César Bordin, Diretor de Finanças, no que se refere à operação, em maio de 2002, àquela operação anterior. Nos arquivos recuperados do micro do Sr. César Antônio Bordin há informações de divisões entre campanha, grupo, líquido para o credor e corretora, explicados como simulações feitas a pedido de Nereu Procopiak. Nereu Procopiak foi uma pessoa que também recebeu esses recursos.

No relatório que apuramos, colocamos que os R\$ 39 milhões e 600 mil foram distribuídos entre empresas de informática do Rio de Janeiro. Quatro dessas empresas - Overjet Informática, DDL, Mega Up-Grade e Mix Trade - eram empresas que estavam desativadas. Portanto, esses recursos foram para empresas que não existiam. Depois, na sequência a RODOSAFRA recebeu R\$ 9 milhões e 700 mil. O Sr. Antonio Brasil recebeu um R\$ 1 milhão e 950 mil, outros receberam valores menores e a RODOSAFRA recebeu R\$ 3 milhões e 200 mil. O que fica caracterizado é que houve, e fico bastante tranquilo e bastante satisfeito em ver que o Ministério Público Federal, assim como o Ministério Público Estadual, através dos seus Procuradores, não deixou que essa situação simplesmente terminasse da forma como muitos pretendiam que ela terminasse. Ou seja, terminasse não apontando responsabilidade para ninguém.

Há obviamente uma denúncia feita. A denúncia não significa culpa, é preciso que se diga. Sabemos que as denúncias são feitas e àqueles que são denunciados cabe provar a sua inocência, mas é uma denúncia bastante grave. Acho que a denúncia que foi feita pelo Ministério Público Federal, a denúncia que aponta o ex-Governador, que aponta o atual Conselheiro do Tribunal de Contas, que aponta outras pessoas envolvidas, é muito grave. E esperamos que ela seja apurada com todo rigor, porque se for de fato comprovado que esses valores, R\$ 39 milhões e 600 mil, ou parte deles foram destinados para pessoas que não tinham absolutamente nada a ver com esses valores, assim como já há dias foi feita denúncia contra o Sr. Giovani Gionédís, que também teria recebido recursos de forma irregular, essa é uma situação que pela primeira vez, talvez, na história do estado do Paraná, estejamos nos deparando com um golpe feito aos cofres do estado, especificamente a COPEL e que tem, cinco anos depois, uma perspectiva de solução.

Por que digo perspectiva de solução? Porque quando o Sr. Antonio Brasil Fioravante veio aqui e se reservou o direito de não responder absolutamente nada, e na sequência fomos ao Rio de Janeiro e fizemos uma série de perguntas ao responsável por parte dessas empresas de informática, ele textualmente nos afirmou que repassou a esse senhor cerca de R\$ 2 milhões, 150 reais. Isso foi trazido aqui, foi entregue ao Tribunal de Justiça. Entregamos o resultado dessa CPI ao Ministério Público Estadual, ao Ministério Público Federal à Polícia Federal. Essa CPI foi entregue também aqui na Assembléia Legislativa.

Então, temos hoje uma condição muito objetiva e certamente não será rápida, que esses fatos apontados possam ser, a seu tempo, apurados e se comprovados, as pessoas que lesaram o erário público teriam obviamente a responsabilidade civil, penal e criminal, conforme determina a nossa legislação.

Parece-me que estamos, pela primeira vez, diante de um fato que comprovadamente poderá fazer com que tenhamos, se não a recuperação dos valores pagos de

forma absolutamente irregular, e diria que é tão irregular que os primeiros valores que foram pagos ao Sr. Antonio Perutini foram feitos em cheques nominais, sem cruzamento, às 20h numa agência do Banco do Brasil, com acompanhamento de um doleiro e também de dois funcionários da COPEL. Coisa que é absolutamente fora de qualquer rito normal de pagamento. Na sequência, soube dessa situação, fizemos uma denúncia à Assembleia Legislativa, levamos o caso ao Governador Roberto Requião. No início denunciemos ao Ministério Público Estadual. Acho que a CPI fez o seu papel e o que me parece que hoje acontece, isso de certa forma também faz com que aqueles que têm o hábito de dizer que toda CPI se transforma em pizza e não dá em nada, talvez fiquem um pouco preocupados com os resultados desta e das próximas investigações que estarão sendo feitas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.

Não estamos pré-julgando, até porque não é o nosso papel. Quem deve julgar não somos nós, quem deve oferecer a denúncia não somos nós, mas todas as evidências nos levam a acreditar que o que houve, de fato, no caso COPEL-REPAR, já teve inclusive prisões feitas aqui no Paraná e no Rio de Janeiro. Todas essas situações nos levam a acreditar que o que houve foi um grande golpe contra a COPEL, um grande golpe contra o estado do Paraná que lesou os cofres públicos em R\$ 39 milhões e 600 mil e que esse recurso foi destinado a pessoas que em absoluto tinham o direito de receber e que, certamente, se for comprovado que essas pessoas receberam esse valor de forma irregular, deverão ser punidas, conforme determina todo o rigor da lei. Quando um cidadão comum faz um ato ilícito, seja ele maior ou menor, que tira uma caixa de bombom de dentro da Americana, é punido, muitas vezes pega dois, três anos de cadeia, porque entende o Juiz que ele deve ser punido. Quando esses crimes envolvem o “colarinho branco”, normalmente eles ficam impunes. Espero que dessa vez não tenhamos impunidade.

Quero cumprimentar o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual, pelo belíssimo trabalho que desenvolveram.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Esta presidência gostaria de informar aos Srs. Parlamentares, aos funcionários da Assembleia Legislativa e à assessoria, que no posto médico estão à disposição as vacinas contra a gripe. Eu e o Deputado Elton passamos pelo serviço médico, fomos muito bem atendidos, tomamos a vacina. Saímos de lá com a carteira de vacinação devidamente carimbada. A Deputada Luciana logo mais irá tomar a vacina. Apenas hoje, até às 18h. Governo do Estado do Paraná e a 2ª Regional de Saúde do município.

No horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Teruo Kato.

Liderança do PMDB: Deputado Teruo Kato

O SR. TERUO KATO

Presidente Deputada Cida Borghetti; 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, 2ª Secretária Luciana Rafagnin, Sras. e Srs. Deputados.

Venho hoje a esta tribuna para falar de um evento do qual participei, ontem, que foi o VI Prêmio Maiores Exportadores do Paraná. Foi uma cerimônia muito prestigiada. Esse prêmio foi idealizado pelo jornal Indústria e Comércio, com o apoio da FACIAP e também da FESP - Fundação de Estudos Sociais do Paraná, que cedeu o auditório para esse grande evento.

Fiquei muito satisfeito, Deputado Jonas, ao ver que o estado do Paraná vem se transformando e, um estado aonde o agronegócio e a indústria vêm se desenvolvendo ano a ano. Por isso, gostaria de trazer os números referentes à exportações, desde 2003. Apenas para que V. Exas. tenham uma idéia, em 2003, o Paraná exportou aproximadamente US\$ 7 bilhões. Em 2004 já pulou para 9 bilhões. Em 2005 e 2006 na faixa de US\$ 10 bilhões. Em 2007 ultrapassamos a marca de US\$ 12 bilhões de exportação.

Quando nos aprofundamos, vamos verificar que essas exportações aconteceram nos mais variados segmentos. O maior exportador do Paraná foi a Volkswagen, com produtos manufaturados. Tivemos, na área de cooperativas, a COAMO com a cooperativa que mais exportou. No segmento de agrobusiness tivemos a Sadia. No setor de açúcar e álcool a empresa que mais exportou foi a Usina Santa Terezinha.

A nossa economia, o estado do Paraná sempre foi considerado um estado agrícola, mas de tempos para cá a nossa economia vem se transformando. Passamos pela agricultura, pelo agronegócio e agora aumenta o volume de manufaturados. Logicamente que na exportação essas empresas têm sofrido com o câmbio. Hoje o nosso real está supervalorizado e isso faz com que os nossos produtos não tenham tanta competitividade lá fora, mas através da competência, através do profissionalismo, todas essas empresas vêm se superando.

Deputado Jonas, verificamos, por exemplo, que vários municípios do estado contam hoje com grandes empresas exportadoras. É o caso, por exemplo, de Cascavel, temos lá a Coimbra S/A, Deputado Edgar Bueno, que ficou entre as 10 empresas que mais exportaram no estado do Paraná.

Além disto, também de Cascavel, temos a COOPAVEL, entre outras. De Maringá a COCAMAR, também como uma das maiores exportadoras. Lá de Paranaíba, município que sempre teve tradição à pecuária, temos lá hoje a Avícola Felipe figurando como também um dos grandes exportadores do estado do Paraná.

Então, senhores, vejam a importância de verificarmos que o estado do Paraná vem crescendo economicamente, vem se industrializando, e esse crescimento está

acontecendo em todo o estado do Paraná, e para nós que vivemos lá no interior do estado, isso é muito confortante, porque queremos preservar a nossa qualidade de vida, mas também queremos o desenvolvimento. E através dessas empresas verificamos que temos um potencial enorme a desenvolver, basta que tenhamos empreendedores que acreditem no nosso estado, que acreditem na nossa gente e que busquem as alternativas da exportação, porque uma das coisas que temos falado muito é que hoje, com a globalização, o mercado é o mundo. Então, todas as empresas têm todas as condições de estar produzindo e exportando seus produtos.

Neste mês o Governo Federal, lançou o Programa de Incentivo à Produção e um dos quatro eixos deste pacote é ampliação das exportações pelas pequenas e médias empresas. Hoje sabemos ainda das dificuldades, principalmente a burocracia que impede com que muitas empresas possam ter acesso a esse mercado lá fora, mas já verificamos que existe, por parte do Governo, um esforço enorme nesse sentido. Inclusive ontem tivemos uma palestra excelente de um técnico do BNDES colocando para os empresários todas as alternativas, linhas de financiamento que qualquer empresário que queira exportar possa ter acesso e dessa forma realizar o seu grande sonho de crescer na indústria.

Portanto, fiz questão de vir hoje à tribuna para ressaltar estas grandes empresas, o que faz com que o Paraná, cada vez mais, se consolide, não só como estado agrícola, mas também como o estado aonde o agronegócio vem crescendo, sucessivamente, e também a indústria, principalmente a indústria de ponta, como é o caso aqui da indústria automobilística, que vem se consolidando cada vez mais no nosso estado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Bloco PR/PTB, com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Antes porém, esta presidência gostaria de informar, com profundo pesar, o falecimento do pai do Deputado Edson Strapasson.

Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. e Sras. Deputados.

Gostaria hoje de relatar um fato que está em todos os jornais de Ponta Grossa e que, sem dúvida nenhuma, trata-se de um momento muito bom para aquilo que debatemos diariamente nesta Casa: a questão da Segurança e a questão da Educação.

Agora há pouco recebi a informação que o Sr. Barros, que é um dos mais brilhantes homens que cuida de crianças, que a vida toda se dedicou a cuidar de crianças carentes em Ponta Grossa, ficou muito feliz ao abrir o jornal hoje e saber que o estado do Paraná está

autorizando a compra do Seminário Verbo Divino, lá em Ponta Grossa. Aquele seminário que eu mostrei outro dia aqui e que apelava ao Governo no sentido que aquele seminário fosse comprado. O Instituto de Educação passa por uma reforma que vai começar em seguida, tem lugar e sobra, que possa lá também ser colocado o Núcleo de Educação que o estado paga um aluguel de 10 a R\$ 12 mil, todo mês e que nessa escola, numa área de 11 mil metros se instale o Instituto de Educação, provisoriamente. Enquanto isso, o estado se prepara para realizar o grande sonho de quem conhece a Educação e sabe o significado daquilo que chamamos período integral da criança, do jovem dentro da sala, que é o ensino integral de 5ª a 8ª série.

Colocamos no orçamento, colocamos na LDO no ano passado uma idéia disso que pensamos hoje que é a idéia de, aos poucos, o estado ir implementando nas principais cidades do Paraná e nas cidades-pólo o ensino de 5ª a 8ª série em período integral. Esse seminário está prontinho, basta uma pequena reforma para chegarmos naquilo que a Comissão de Educação desta Casa, a Comissão andou pelo Paraná inteiro, esteve em Ponta Grossa e lá assistimos uma palestra, do Prefeito Padre Valter, que mostrou algumas coisas bonitas desse ensino integrado de 5ª a 8ª série.

Então, conversando ontem, por ocasião da posse do Governador em exercício, o Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Vidal Coelho, conversando com o Governador Requião, mostramos a ele as fotos do Seminário Verbo Divino. O Governador imediatamente topou a idéia, acho maravilhosa a idéia, e determinou ao Secretário Julio, que na segunda-feira já estará em Ponta Grossa, para iniciar a vistoria do referido seminário e, ao mesmo tempo, iniciar os contatos com os Padres no sentido de conseguir a compra daquele grande seminário. Inclusive, se não me falha a memória, não sei se é de quando Prefeito ou quando Governador, o Governador aqui em Curitiba comprou um seminário desses, transformou em algo parecido e parece que deu certo.

Esse seminário de Ponta Grossa, Verbo Divino, colocado num ponto estratégico da cidade, dispõe de 11 mil m2 de construção, quatro andares, com piscina, com todas as condições de ser um colégio exemplar. Não para o Paraná, mas para o Brasil, Deputado Teruo, V. Exa. que tem lutado por isso, quero convidar V. Exa., se V. Exa. estiver segunda-feira voltando da sua base eleitoral e quiser ir à Ponta Grossa às 10h da manhã, seria um prazer recebê-lo. O Deputado Péricles estará, para conhecermos o seminário, para que V. Exa., que tem lutado por isso, possa também fazer parte desse projeto, porque esse projeto nasceu da nossa assessoria, dos professores da universidade que nos assessoram e que nos deram a idéia. No dia que teve aquela Audiência Pública lá em Ponta Grossa, que compareci, V. Exa. lembra que falamos desse assunto que já teria colocado na LDO essa idéia, essa sugestão que está incluída. Aqui só depende do estado.

Então segunda-feira, que possamos visitar o seminário junto com os técnicos do estado, junto depois com o Secretário Maurício Requião que também vai à Ponta Grossa ver o seminário. No primeiro ano substitui o Instituto, e no segundo ano transforma o maior colégio de 5ª a 8ª em período integral de Ponta Grossa e dos campos gerais.

Essa é uma bandeira que todos deveriam defender, porque falar da violência é muito fácil. Vir aqui dizer que teve tantos crimes, tantos crimes aconteceram, é muito fácil. Agora, fazer trabalhos preventivos, e quando você coloca um aluno, um adolescente, um jovem de 5ª a 8ª série em período integral, você está prevenindo a violência nas grandes cidades. Este é o grande presente que a cidade de Ponta Grossa recebe por ser a cidade mais calma do estado do Paraná, por número de habitantes.

Concedo o aparte do Deputado Teruo Kato.

O Sr. Teruo Kato (PMDB)

Gostaria de parabenizá-lo por tratar desse tema. Temos defendido bastante a questão da educação em tempo integral e, felizmente, Deputado, verificamos que a cada dia que passa mais escolas vão sendo transformadas em período integral, mais lideranças vem aderindo à idéia. Esse seu apoio e essa sua iniciativa, com certeza, vai contribuir muito para que possamos transformar o estado do Paraná realmente num estado aonde a Educação é de qualidade. Hoje já temos um dos maiores IDEBES do Brasil, mas temos condições de avançar muito mais com iniciativas como essa que o senhor está propondo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado, e quero dizer a V. Exa. que me inspirou também nessa sugestão.

Espero que na próxima segunda-feira, o Secretário Julio, estando por lá, vai conhecer a obra. Uma obra maravilhosa, bonita, é uma obra fantástica, feita em 40 anos pelos Padres. É maravilhoso! Não tenho dúvida que vamos alcançar o nosso objetivo, que é ter a primeira turma de 5ª a 8ª série em período integral. Uma escola nos campos gerais.

Essa é uma grande contribuição para a Educação e para a Segurança Pública de nossa cidade.

Por isso, depois de ter o parecer favorável do Secretário Maurício Requião, que adorou a idéia, e ter agora também o parecer e o Governador dizer que aprova a compra do seminário, estará tudo rapidamente resolvido.

Acredito que esse foi mais um dos grandes projetos que trabalhamos como Deputado, juntamente com pessoas que gostam da Educação e que gostam da nossa cidade e da nossa região.

Convido os Deputados que quiserem estar às 10h em Ponta Grossa, estaremos vistoriando as obras com técnicos do estado para ver as condições e como tudo vai acontecer.

Mais uma vitória da Educação e da segurança preventiva de uma grande cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Chamo a atenção de V. Exas. porque ouvi, hoje pela manhã, o engenheiro que foi convidado pela Liderança da Oposição, para vir aqui discutir as questões que envolvem o porto de Paranaguá.

Sinceramente, quanto mais discuto a questão do porto de Paranaguá, mais me convenço de que o que tem por trás do porto de Paranaguá, são tantos interesses que fico pensando quem será o próximo Governador do Paraná. Esse Governador há de ser um homem muito forte, de fibra, para não ceder aos encantos dos privatistas.

Os portos do Brasil inteiro eram dragados desde o início do século passado, até os anos 90, pela PORTOBRAS, pela Companhia Brasileira de Dragas. Os canais foram aprofundados e toda a manutenção era feita por um sistema público que funcionava muito bem. Vieram os anos de advento do neoliberalismo, e se varreu da possibilidade de o estado atuar de forma direta. O que aconteceu é que no início eram empresas nacionais e depois estrangeiras. Primeiro as nacionais compraram as dragas que eram de empresas públicas e com isso passamos a ter um cartel que comanda o processo de dragagem no nosso país.

Estou chamando a atenção de V. Exas., porque cada vez mais eu me intrigo com o que está acontecendo não só em Paranaguá, mas também nos outros portos brasileiros. Porque o problema da dragagem não é só aqui em Paranaguá, o problema é em Rio Grande, em Itajaí, são nos outros portos do nosso país.

O mais interessante é que hoje o Deputado Rossoni trouxe aqui um engenheiro naval, o Sr. Prange, que foi aquela mesma pessoa que, em nome daquela Comissão, no ano passado esteve na Assembléia Legislativa e fez uma apresentação e, que hoje, de novo, quase repetiu aqueles argumentos. Ele tem um posicionamento, ele tem uma vinculação com o setor de dragagem, ele veio para o Brasil como um profissional para atuar na área de dragagem, trabalhou nessa área quase a vida toda e hoje é um Consultor que conhece profundamente isso e dá alguns números que são interessantes. Sinceramente, acho que neste nosso país e no nosso mundo temos alguns temas que são de difícil compreensão, porque até 2005 o porto de Paranaguá teve dragagem e quanto pagávamos, em média, em dólar? Eram US\$ 3,52. Na licitação que foi feita em julho de 2006 foi contratada uma empresa por US\$ 2,17, a SOMAR. Qual foi o problema? Por que em 2006 não teve dragagem? Porque a draga ficou durante 40 dias ao largo do porto de Paranaguá e só por um dia conseguiu fazer a dragagem e manutenção do porto. E por que isso? Porque foi impedida, por decisão da Capitania dos Portos de Paranaguá.

Foi ela, a Capitania, que impediu de se fazer a dragagem. O interessante é que o próprio Consultor, quando foi falar, ele falou: “Faz cinco anos”. Aí, claro, peguei os dados, porque por óbvio não faz cinco anos, porque em 2005 ainda foi dragado o porto e em 2006 a draga ficou esperando para poder dragar e não pôde dragar porque a Capitania ingressou na Justiça Federal, foi para o Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro e nós, efetivamente, acabamos não tendo o porto dragado.

Agora, novamente se debate com o tema, e o que acontece? A APPA oferece: quero dragar 16 milhões de m³. Dezesesseis milhões por quê? Oito milhões e meio é a dragagem de manutenção, 1,2 milhão é para poder fazer o engordamento da praia de Matinhos e o restante de 6,3 milhões são para os próximos cinco anos, de acordo com a Medida Provisória nº 353 do Governo Federal, que é para aprofundar o Canal de Galheta e com isso aumentar o calado dos navios. O que acontece na prática?

A APPA ofereceu R\$ 7. Eles disseram: “Não. Nós queremos R\$ 10, R\$ 12.” Ora, vejamos V. Exas., é só dividir R\$ 10 pela cotação do dólar, que hoje é 1,67, que vamos ver qual é o preço que essa gente quer. Eles querem, no mínimo, US\$ 4,27 por m³ para ser dragado do porto de Paranaguá. Agora, também não é possível, e estava ouvindo parte do discurso do Deputado Valdir Rossoni, que é um discurso apocalíptico, então, tanto os técnicos do porto quanto esse especialista, mostram que o porto, hoje, tem um calado aceito de 11 metros e 30 centímetros. E até quando vale isso? Pelo menos até o ano que vem.

Então, o porto de Paranaguá tem tempo suficiente para poder contratar uma empresa ou fazer aquisição de uma draga, que eu pessoalmente acho que a melhor alternativa é comprar uma draga e fazer essa dragagem pelo porto de Paranaguá e sair da mão dessa máfia que controla a dragagem. Agora, tenho que reconhecer, os dragueiros certamente têm interesse em aumentar esse preço. Por quê?

Hoje o especialista que o Valdir Rossoni trouxe nesta Casa disse: “Olha, o preço de R\$ 7 é um preço vil.” Ora, divida R\$ 7 por US\$ 1,67 e veja o quanto que vamos ter. É um preço histórico que foi pago, o maior preço que já foi pago em Paranaguá. Veja a pressão que o nosso porto público está sofrendo.

Então, entendo que V. Exas., e muitas vezes Deputados jovens como o Deputado Marcelo Rangel têm que tomar um certo cuidado para ver se, aquela famosa expressão, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. não está sendo um inocente útil para atender os interesses dos que querem elevar o preço da dragagem de Paranaguá, e que de forma apocalíptica criam uma situação que, na verdade, sabemos, artificial, porque há interesses privados que estão demandando contra o porto.

Olha, o especialista mesmo não teve como explicar como é que um porto que diz ele está tão mal pode bater recorde e está batendo recorde ano a ano de produtividade. Por quê? Porque é bom operacionalmente, porque cada vez temos mais navios vindo para Paranaguá, porque é o melhor porto que temos.

Então, a verdade é a seguinte: há que se tomar muito cuidado com esse tema. Entendo que temos que

ainda perseguir a proposta de fazer com que Paranaguá possa fazer a aquisição de uma draga e criar, de fato, um sentimento que o Governo Federal, através da Secretaria dos Portos, possa incluir Paranaguá no Plano Nacional de Dragagem no ano que vem e fazer um aprofundamento do Canal da Galheta, toda a área portuária. O Governo Federal tem que colocar dinheiro aqui no Paraná também, não podemos ficar fora disso, Deputado Reni Pereira. Sei que V. Exa. na verdade, quer dividir as coisas. Mas entendo, Sr. Presidente, que desde 2006 a APPA está tentando realizar a dragagem e temos que reconhecer que há uma dificuldade por conta dos interesses privados.

Entendo, peguei o site do porto de Itajaí, o Sr. Prange hoje disse que Itajaí tinha uma profundidade de 10m, 10,50m; o site oficial do porto de Itajaí sabe quanto diz que tem? Oito metros. É o site oficial do porto de Itajaí. É a mesma coisa do porto de Santos, aquela conversa toda. Quanto que tem, na melhor situação, o porto de Santos? Doze metros de profundidade.

Então, senhoras e senhores, vamos tomar um certo cuidado com as informações, porque senão daqui a pouco V. Exas. estarão se transformando em lobistas dos donos de dragas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado Romanelli.

Liderança da Oposição, Deputado Reni Pereira.

Liderança da Oposição: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em especial a imprensa a quem eu farei um apelo na sequência.

Quero, antes de me pronunciar, agradecer ao Deputado Elio Rusch, que faria o uso mas eu lhe pedi este espaço e ele entendeu oportuno, porque costume dizer que a oportunidade é um careca de topete: ou você pega a hora que ele aparece, ou depois que ele passou você já não pega mais nada. E vejo uma grande armadilha em épocas de eleições municipais em vários municípios, inclusive eu procurava num site aqui uma injustiça que cometeram em relação ao Deputado Elio Rusch para lhe mostrar, e estava pensando em fazer esse pronunciamento na semana que vem, mas nesse site que eu procurava, que foi replicada uma inverdade em relação ao Deputado Elio Rusch, achei justamente o que faltava para o meu pronunciamento da semana que vem.

Então, faço um apelo, principalmente à imprensa aqui presente que, desvelado de qualquer interesse político-partidário, com A, B ou C, mas a bem da verdade, se puderem, que esclareçam ao público curitibano. Está aqui a manchete de um site, parece que já saiu em outros sites e um grande jornal do Paraná: “Beto triplica a indústria de multa em Curitiba.”

Em 2004, exatamente se criou isso, alguns Deputados, não quero nem citar nomes, falavam em armadilhas, ratoeiras para criar um clima de desgaste eleitoral. Pois

bem, desde a semana passada, Deputado Jocelito Canto, V. Exa. esteve na presença do Secretário da Segurança, onde ele disse que não tinha condições de dar a mesma segurança que tem Ponta Grossa, devido à falta de homens.

Na semana passada algo estranho aconteceu nas esquinas de Curitiba. Policiais militares, inclusive aqueles da Força Verde, nas esquinas, com a canetinha. Uma verdadeira indústria. Mas quem vai levar a fama da indústria da multa? O órgão de trânsito de Curitiba, que é quem vai expedir a notificação.

Antes de falar isso, conversei com o Deputado Tadeu Veneri, pois ele foi Vereador aqui em Curitiba e ele me falou que havendo órgão de trânsito, como é o caso de Curitiba, quem emite a notificação é a Diretoria de Trânsito Municipal. Isso eu vi, não me contaram. Nada contra, afinal a Polícia Militar tem que fazer o papel dela. O que estranho é que não ocorria há 15 dias atrás. E mais estranho é com essas notícias que começam a ser pulverizadas aqui e ali.

Temos que esclarecer, independente se for o Beto Richa, a Gleisi, o Reitor Moreira, a verdade tem que chegar a quem mora em Curitiba e a quem vem aqui visitar.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Quero parabenizá-lo, Deputado Reni Pereira, porque é oportuno.

Não entendo muito da legislação de trânsito, principalmente da normatização em relação às multas. Mas, segundo me consta, os municípios que têm a municipalização do trânsito, as multas são emitidas pelo órgão do município.

Também tenho presenciado, em cada esquina de Curitiba, e eu estava conversando com o Deputado Professor Luizão sobre essa questão, da quantidade de policiais militares que estão nas ruas, com objetivo de autuar. Parece que quem emite a multa é o Departamento de Trânsito do município. Lógico que o motorista vai descarregar em cima da Prefeitura, do Beto Richa.

Neste momento faço um apelo a todos, principalmente aos Governos Estadual e Municipal, lógico que todos precisam de dinheiro e o infrator tem que ser punido, mas existe a lei e o rigor da lei.

Eu, por exemplo, fui multado pelo fato da placa do meu carro não estar bem visível. A placa estava suja. Não agora, faz muito tempo. Quer dizer, o que é isso? No mesmo dia, Deputado Reni Pereira, diferença de 10 minutos, o carro estava fazendo serviço para o gabinete, foi multado num lugar porque a placa estava suja e, minutos depois, foi multado pelo mesmo motivo. Quer dizer, que absurdo! Se a placa estivesse suja, ilegível, como é que multaram o carro? Como conseguiram ler o número da placa?

Isso é uma fábrica de multa para querer culpar alguém ou jogar a culpa em cima de alguém. Com toda certeza, como o Prefeito Beto Richa, que já foi Deputado, fez uma excelente administração, tem uma boa aceitação, quer dizer, se procura dizer de todas as formas que é o Prefeito de Curitiba que está multando as pessoas.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: o convênio que o estado tem com o município estabelece que tem partes que são notificadas pelo policial de trânsito do BPTRAN e vai para o município fazer a cobrança e outra parte vai para o estado. Mais ou menos, o que é veículo parado, vai para o estado, o que é veículo circulando no sistema viário, furar sinal vermelho, não utilizar cinto de segurança, é para o município.

Agora, se o senhor está preocupado, entendo o seguinte: é fácil, o Prefeito Beto Richa pode denunciar o convênio hoje mesmo, que o estado efetivamente pára de autuar e pára de ter qualquer tipo de atuação, inclusive de repassar os recursos para o município. Não há nenhum problema nisso. Se ele está incomodado com isso, entendo que V. Exa. está funcionando como um porta-voz do Prefeito, deve denunciar o convênio desde já, inclusive da cobrança da multa dos radares, enfim, de outras coisas mais que “enchem as burras da Prefeitura”. Não há problema nenhum.

Entendo que a denúncia do convênio é o melhor instrumento se V. Exa. está incomodado de ter sido eventualmente multado. Entendo que deve ter um recurso para poder não pagar a multa, mas é um direito. Agora, V. Exa. tem um convênio amplo que estabelece as cláusulas. Vou, inclusive, pedir uma cópia para que V. Exa. possa ler e avaliar.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Agradeço, mas estou sendo porta-voz da verdade.

Não existe nenhuma notícia quando não seja realmente isenta, que não tenha um interesse. Essas notícias que começaram a circular, certamente têm uma conotação política, mas me aproveito aqui até as palavras, que não entendo de trânsito, mas temos um Consultor de Trânsito que manifestou a sua opinião, inclusive no jornal Gazeta do Povo, em relação às multas, e ele diz que quando a multa é aplicada por um agente o infrator deve ser notificado no ato. Então, eu vou, na verdade, acolher, mas acho que se o Governo está esperando a denúncia não tenho nada para esconder, como também nada contra a fiscalização, mas acho que temos que usar da verdade.

Vou sugerir ao DIRETRAN que todas essas multas que foram aplicadas por agentes, independente de ser agente municipal, policial militar ou policial da Força Verde, que também estão escalados nas esquinas, é que elas sejam canceladas administrativamente por não terem sido...

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

Como é que é? A Força Verde fiscalizando, Deputado?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Há policiais da Força Verde nas esquinas também.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

A Força Verde foi instituída para fiscalizar o meio ambiente!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Mas até esses eu vi nas esquinas. Então, vou sugerir que o DIRETRAN, se houver a possibilidade legal, que faça uma análise criteriosa de todas essas notificações e cancele administrativamente, sem enviar para a casa do proprietário do veículo, sem a devida formalidade da assinatura na notificação, para que a Prefeitura não fique com esse ônus, principalmente num período em que não existe nada de maneira graciosa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 142/07, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rosane Ferreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática, a recolhê-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 142/07

Art. 1º As empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática instaladas no estado do Paraná ficam obrigadas a criar e manter o Programa de Recolhimento, Reciclagem ou Destruição de Equipamentos de Informática, sem causar poluição ambiental.

Art. 2º As empresas produtoras, distribuidoras ou que comercializam os equipamentos deverão colocar em

seus estabelecimentos, à disposição do público, serviço de coleta de produtos usados ou danificados destinados à destruição.

§ 1º Ao receber o produto, a empresa deverá expedir nota de entrada, e uma das vias deverá ser encaminhada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para efeito de controle e fiscalização.

§ 2º O material recolhido deverá ser repassado à distribuidora ou ao fabricante, que deverá emitir nota de recolhimento do produto.

Art. 3º As empresas produtoras deverão promover campanhas, fazendo veicular propaganda esclarecendo os usuários sobre os riscos para o meio ambiente de se jogarem os equipamentos em locais não apropriados e os benefícios de se recolhê-los para posterior destruição.

Parágrafo Único. Entende-se por locais apropriados as urnas que armazenarão os equipamentos.

Art. 4º O descumprimento desta lei implicará em multa no valor de 1.000 (um mil) UPF/PR para o estabelecimento.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/05/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 808/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que denomina de Afonso Celso Domingues Cid, o viaduto da Avenida Rocha Pombo, que transpõe a rodovia PR-467, que liga os municípios de Cascavel e Toledo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/07, de 13/11/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 860/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo estadual estadualizar o trecho de estrada que liga a PR-090 à PR-218 no município de São Sebastião da Amoreira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/07, de 12/12/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Núcleo de Apoio à Criança e ao Adolescente - Lar Turminha de Jesus, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 015/08, de 06/03/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 008/08, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores Deputados, mês de abril de 2008. Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/08, de 12/05/08, em 1ª Discussão).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 016/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a proibição de fumar em eventos, estabelecimentos comerciais direcionados a crianças. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CDHCD. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Em discussão. Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Atenção Sr. Deputados, amanhã teremos Sessão Ordinária às 10h da manhã.

Antes de passar a palavra ao Deputado Belinati queria fazer uma solicitação à Deputada Cida Borghetti, que pudesse assumir esta presidência. Estou atrasado para representar esta Casa num evento na EMATER, dos 52 anos.

Concedo a palavra ao Deputado Belinati, para encaminhamento do Projeto de Lei nº 016/08, para votação do mesmo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Presidente Cida Borghetti, membros da Mesa: tem muita campanha contra o cigarro: “Fumar faz mal”, “Fumar dá câncer”. Mas, tem também o lado positivo. Você fumando contribui com quem é dono da terra, que planta o fumo; outro que planta a árvore para embalar o cigarro; quem vende insumo, adubo, ferramenta. O dono da terra ganha dinheiro, dá emprego. Tem o pessoal que transporta o fumo, o papel. Tem a indústria do cigarro, seus Diretores, seus funcionários. Têm as distribuidoras dos cigarros, os carros, os combustíveis. E você fumando, aí tem o dono do bar que vai vender o cigarro. Tem o cara que fuma, joga o toco do cigarro na rua, daí tem que ter gari para limpar a sujeira. Tem o cidadão que fuma, dica doente. Que maravilha! Dinheiro para o hospital, para os médicos e para os enfermeiros, para o dono da fábrica de medicamento, o emprego que as indústrias de remédio geram. Se você tem um pouco de dinheiro, vêm os parentes de fora para visitá-lo no hospital. Esses parentes vão gastar com comida, táxi, hospital, compras no comércio. Quando não dá para salvar a sua vida, vem a morte. A pessoa que planta flores vai ganhar dinheiro, a floricultura, o motorista que vai levar para a sua última viagem, tem o seu emprego. Os políticos vão aproveitar, contando piada para conseguir voto, em volta do caixão do defunto. Você morrendo tem o lado bom do cigarro. O pessoal do cemitério, a construção das capelas mortuárias. Os donos desse comércio ganham um bom dinheiro, os empregados, aqueles que limpam os túmulos. Depois, a viúva, em pouco tempo é capaz de arrumar outro melhor do que você. Você morrendo, tem a missa de 7º dia, de 30 dias, tem o dono do jornal que vai faturar, porque a família vai comunicar o falecimento.

Tem o outro lado bom também, porque você ajuda a sustentar aquele pessoal que é dono da Souza Cruz e das grandes fábricas de cigarro.

Não parem de fumar! Porque senão como vai viver esse pessoal da Souza Cruz, essas grandes empresas? Eles têm que manter o iate, os aviões a jato, comer lagosta, camarão. Coitados! Eles têm que comprar uma ilha na Grécia, aonde Jaqueline Kennedy vivia. É preciso contribuir com a mordomia dos grandes fabricantes de cigarro. Por isso, eles investem fortunas nos intervalos da Globo ou da Record e o ator, que não é fumante, tem que fumar essa ou aquela marca de cigarro, em um anúncio indireto e inconstitucional. Eles gastam fortunas na televisão com anúncios indiretos, para incentivar o povo a fumar. O lado bom da mordomia, do camarão, da lagosta, dos jatos, dos aviões, dos iates, das grandes festas, jóias milionárias, às custas do infeliz que fuma, que aprendeu em minutos e depois é difícil de largar.

O meu lado é votar o projeto do Deputado Ney Leprevost para proibir o uso de cigarro, em diversos locais públicos e, principalmente, frequentados por crianças.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o projeto.

Aprovado, artigo por artigo.

Está em votação o substitutivo geral da CCJ.

Aprovado.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/08, de autoria da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, que reajusta em 5% (cinco por cento) os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do quadro de pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. COM PARECERES DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/08, de 19/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 211/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Comissão Executiva, tem por objetivo reajustar no percentual de 5% (cinco por cento) os valores dos vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2008, com despesas decorrentes por conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição do Estado do Paraná, que em seu artigo 54 estabelece a competência privativa da Assembléia Legislativa para dispor sobre a fixação da remuneração paga a seus cargos, empregos e funções de seus serviços:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - *dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;*

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa pode iniciar leis ordinárias e complementares:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Desta forma, fica claro que ao propor o projeto de lei em análise o Parlamentar Estadual encontra-se no exercício da sua competência privativa, não havendo óbice à sua normal tramitação.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a legalidade e constitucionalidade apresentadas pelo projeto de lei, em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Concedo a palavra por 10 minutos ao Deputado Romanelli, em Explicações Pessoais.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, em função da profundidade do pronunciamento do Deputado Antonio Belinati, abro mão de falar em Explicações Pessoais.

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1243 a 1250, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1254 a 1256, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1258, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1259, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 843/07 e 046/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 041, 148 e 161/08 e do Projeto de Resolução nº 009/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 091/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3747, datado de 07/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARYANE BARROS DE OLIVEIRA, matrícula nº 40470, de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 24/04/08 com término em 21/10/08. CID. 10 - F.31.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13/05/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 092/08

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3853, datado de 08/05/08, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IZABEL CONCEIÇÃO S. DE OLIVEIRA CRISTO, matrícula nº 611, de 13 (treze) dias, a partir de 05/05/08 com término em 18/05/08. CID. 10 - N92.4.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/05/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 093/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2843, datado de 14/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional do servidor MÁRIO SERGIO BRADOCK ZACHESKI, RG 1.144.923-9, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para permanecer prestando serviços junto ao Gabinete da 1ª Secretaria da Assembléia Legislativa do Paraná, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/05/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 094/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2845, datado de 14/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional do servidor FRANKLIN CARVALHO DA VEIGA, RG 893.227-1, do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, órgão vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes - SETR, para permanecer prestando serviços junto à 1ª Secretaria da Assembléia Legislativa do Paraná, até 31/12/08, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/05/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 095/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2844, datado de 14/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição funcional do servidor ADRIANO ANTONIO MROCZEK, RG 4.494.953-9, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para permanecer prestando serviços junto ao Gabinete da 1ª Vice-Presidência da Assembléia Legislativa do Paraná, até 31/12/08, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14/05/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 096/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3332, datado de 25/04/08, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE, matrícula nº 40671, portadora do RG 319.947-9/PR, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01/08/85, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotada na Procuradoria Geral, o tempo de contribuição no total de 10 anos, 7 meses e 6 dias, conforme certidão do INSS em anexo, relativo aos seguintes períodos de tempo:

1 - de 26/03/75 a 31/12/83, 8 anos, 9 meses e 6 dias, em que trabalhou no Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, para todos os efeitos legais, nos termos do parágrafo 9º, do artigo 35 da Constituição Estadual e artigo 129 da Lei Estadual nº 6174/70;

2 - de 01/12/69 a 30/09/71, 1 ano e 10 meses, em que trabalhou na J. N. de Andrade e Cia. Ltda., para efeito de aposentadoria, nos termos do parágrafo 9º do artigo 201 da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, 14/05/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

PORTARIA Nº 097/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 11353, datado de 08/11/07, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ NORATO DE LIMA, matrícula nº 40865, portador do RG 2.213.891-0/PR e do CPF 318.290.239-34, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/06/89, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, exercendo o cargo de Jornalista, nível NUE-01, o tempo de 6 (seis) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/05/08.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral